

Santana tenta ampliar poderes do Presidente

O líder do governo na Câmara, Carlos Santana, que na manhã de ontem foi recebido pelo presidente



Sarney, anunciou a apresentação de emendas ao anteprojeto da Comissão de Sistematização, ampliando os poderes do presidente da República, em relação ao texto elaborado pelo relator Bernardo Cabral.

Uma das emendas se destina a qualificar o presidente de «chefe do governo» e a outra amplia a competência presidencial, no que diz respeito ao planejamento e ao controle da administração, «sem prejuízo da preservação de outras características parlamentaristas» que se pretende atribuir ao futuro sistema de governo.

Outra emenda que Carlos Santana deseja apresentar visa a transferência para a reserva remunerada dos militares atingidos pela anistia.

Carlos Santana primeiro afirmou que apresentaria essas propostas em nome do grupo «moderado» do PMDB, e não como líder do partido, mas depois, falando de outras emendas que apresentará, em matéria de saúde e seguridade social fez uma ressalva na qual aparentemente se traiu: «Essas emendas são pessoais e não como líder do governo».

Quanto à audiência com o presidente Sarney, Santana assegurou tratar-se de contato rotineiro, na qual não abordou nem as emendas nem o último episódio das manifestações contra o presidente Sarney, no Rio de Janeiro.

Fundo

As modificações «pessoais» que o líder governista apresentará visam a evitar a exclusividade que o anteprojeto da Comissão de Sistematização atribui a um Fundo Nacional de Seguridade Social, para a liberação de recursos ao setor de saúde. A ideia desse Fundo, segundo Santana, é recusada por figuras expressivas ligadas ao setor.

O líder do governo também pretende suprimir o artigo 342 do anteprojeto, que estabelece: «A folha de salários é base exclusiva da seguridade social e sobre ela não poderá incidir qualquer outro tributo ou contribuição». Na opinião do líder, essa redação na prática põe fim ao «salário-educação», porque o artigo 339 indica como componentes do sistema de seguridade social apenas a saúde, previdência e assistência social.

Além do «salário-educação», ficaria praticamente inviabilizada, nos termos do anteprojeto da Comissão de Sistematização, a sobrevivência do Sesc, Senac e Senai.

Viana detém maioria das 10 emendas

O deputado Renato Viana (PMDB-SC) foi quem, até o momento, mais apresentou emendas ao anteprojeto da Comissão de Sistematização. Renato Viana apresentou sete das 10 emendas que até agora deram entrada. As outras três são da autoria do senador Virgílio Távora (duas) e deputado Siqueira Campos (PDC-GO).

O sistema de plantão para recebimento de emendas está funcionando a partir das 9 horas, permanecendo, sem interrupções para almoço, até às 20 horas. No dia 2, quinta-feira, data-limite para apresentar emendas, o prazo vai até às 24 horas. Quanto ao pequeno número de emendas até aqui entregues, tanto pode ser em decorrência das normas distribuídas pela comissão (que estabelecem o recebimento apenas de emendas que melhorem o processo de sistematização, mas que não alterem o mérito), como pode ser a continuidade no hábito de deixar tudo para o último dia. O deputado Renato Viana, por exemplo, acredita que serão apresentadas mais de 10 mil emendas e que a questão do mérito não será respeitada.

Josimar Gonçalves



O deputado afirma que as emendas são de caráter pessoal

Partidos não têm opções para texto

Até ontem à tarde, os dois grandes partidos de sustentação do governo — PMDB e PFL — ainda não tinham a menor ideia das emendas que iriam apresentar ao anteprojeto da Comissão de Sistematização, cujo prazo se encerra à meia-noite de quinta-feira. Os líderes de ambos os partidos, deputado Luiz Henrique (PMDB-SC) e Inocêncio de Oliveira (PFL-PE) — em exercício — alegavam estar ainda debruçados sobre o texto do anteprojeto elaborado pelo relator Bernardo Cabral (PMDB-AM).

Em contrapartida, os partidos pequenos agiram mais rapidamente e ontem já se mobilizavam na elaboração das emendas. O Partido Liberal (PL), cujo líder deputado Adolfo Oliveira, foi um dos relatores auxiliares da Comissão de Sistematização, prepara-se para apresentar emendas que resguardem na Constituição, entidades como o Sesc, Sesi Senac e Petros, além de outras semelhantes. O partido pretende ainda restabelecer o desconto em folha das contribuições sindicais e vai procurar compatibilizar o artigo que estabelece o salário-educação com o que definia a Comissão do Sistema Tributário.

O deputado adiantou que vai emendar sobre a definição do ensino de línguas estrangeiras tais como o inglês, francês e russo, uma vez que o anteprojeto constitucional opta apenas pelo ensino de línguas indígenas.

Com relação ao conceito de empresa nacional, o PL vai pedir maior definição, uma vez que o conceito do anteprojeto, segundo Adolfo, permite que empresas multinacionais se fantasiem de empresas nacionais. O partido também se manifestará contrário à ideia da criação de novos estados brasileiros. O líder do PL entende que a recém-criada Comissão de Revisão Territorial pode muito bem incumbir-se dessa tarefa.

O Partido dos Trabalhadores (PT), segundo seu vice-líder José Genoíno, vai apresentar emendas que ressaltem o direito de propriedade, além de reabilitar o Tribunal Constitucional e o voto a partir dos 16 anos abandonados pelo anteprojeto de Cabral. Já o PDS, através de um de seus membros da Comissão de Sistematização, senador Jarbas Passarinho

(PA), vai apresentar emendas propondo jornada de trabalho de 44 horas, ao invés de 40 horas, como estabelece o anteprojeto, além de estabilidade no emprego após dois anos, contra os três meses sugeridos pela Sistematização.

O líder do Partido Democrático Trabalhista (PDT), deputado Brandão Monteiro (RJ), revelava ontem que iria apresentar emendas, no sentido de estabelecer um caráter mais firme ao conceito do que seja uma empresa nacional, sugerir mais liberdade de organização sindical, e que prevaleça o artigo de anistia da Comissão de Soberania, e Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, mais liberal, segundo ele, que a adotada por Cabral, a da Comissão de Ordem Social.

Uma melhor definição de empresa nacional e maior liberdade de organização partidária interessam também ao Partido Comunista do Brasil (PC do B), cujo líder deputado Haroldo Lima (BA), pretende ainda apresentar emendas ligadas aos princípios básicos da economia brasileira, como a que regulamentasse as concessões das empresas que exploram o nosso subsolo. Brandão Monteiro manifestou-se contrário ao sistema do voto distrital misto, que segundo ele, a prevalecer, estabelecerá definitivamente o bipartidarismo no Brasil.

O Partido Comunista Brasileiro (PCB), deve apresentar emendas que tratam principalmente do direito de propriedade, estabelecido pelo artigo que versa sobre a reforma agrária. O partido também não endossa o pluralismo sindical e nem o artigo que estabelece o trabalho para o menor de 12 anos. O partido é de opinião que o menor deve trabalhar somente a partir dos 14 anos, como rege a Constituição de outros países. Além disso, o PCB não abre mão do mandato presidencial: tem que ser de quatro anos.

A questão da estabilidade no emprego vai receber também emendas do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). De acordo com o seu líder, deputado Gastone Righi (SP), o artigo precisa ser mais explícito, bem como aquele que define o sistema parlamentarista, como o sistema de governo para o Brasil. Righi pretende apresentar emendas propondo a estatização de todos os portos brasileiros

Cabral acha que polêmica é indevida

Recife — Convidado há mais de 20 dias para participar de um debate sobre o anteprojeto da nova Constituição, no auditório da Sudene, o relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, Bernardo Cabral (PMDB-AM), estranhou ontem a polêmica provocada pela sua ausência na reunião da Comissão, no último domingo.

Bernardo Cabral disse desconhecer o motivo das críticas lançadas contra ele por parlamentares do PFL, já que havia comunicado a viagem a Recife com «muito antecedência», da mesma forma como designou para substituí-lo o relator-adjunto Nelson Jobim. O relator chegou a Recife nas primeiras horas de domingo e, além do encontro na Sudene, constaram de sua pauta visitas de cortesia ao governador Miguel Arraes, no Palácio do Campo das Princesas, e ao ex-governador Roberto Magalhães, na residência deste, no bairro de Rosarinho.

A uma platéia atenta — e muito preocupada com os desdobramentos da crise envolvendo o ministro do Interior, Joaquim Francisco, e o superintendente Dorany Sampaio —, Cabral rebateu as críticas, mostrando recortes de jornais de Recife que confirmavam sua participação no debate.

Ao mesmo tempo, exibiu outro recorte, sobre a licença concedida a um grupo de parlamentares para viagens ao exterior. Fazendo comparação com os dois fatos, ele afirmou que «é preciso acabar com essa crise de hipocrisia».

— Será que o momento é propício para essas viagens de turismo? E eu vim simplesmente a Recife — disse Cabral —, ao observar que «é importante a atenção e a participação de todos na reta final dos trabalhos da Constituinte».

Reforma

Bernardo Cabral disse em Recife que a reforma agrária será um tema bastante polêmico. Ele acredita que as orientações constitucionais para reformulação fundiária devem ficar num ponto de equilíbrio. «Ou seja, de acordo com a realidade da Nação, e a realidade é pelo avanço das propostas».

Bernardo Cabral acrescentou que «pela primeira vez em toda sua história o Brasil vai ter uma Constituição com todas as virtudes e defeitos na Nação».

Ele passou toda a manhã de ontem num seminário sobre a questão regional e a Constituinte, realizado na Sudene.

O governador da Paraíba, Tarcísio Burity, um dos debatedores, criticou o anteprojeto por não ter levado em conta «o senso de regionalização». Para o governante paraibano, «a pobreza da região não é aceita pelos constituintes. A história do Nordeste é cheia de preterições e abandonos».

Para Burity, o anteprojeto constitucional devia levar em conta, além de fortalecer os estados e municípios de forma geral, a diferenciação entre os estados e regiões brasileiras.

O relator da Comissão de Sistematização admitiu que faltou aos constitucionalistas o «senso de regionalização».

Genoíno vê Carta com falta de vida

«A Constituinte ainda não tem qualquer definição. É uma coisa que está faltando oxigênio, vida. Será preciso que a ativemos em plenário». A opinião é do deputado José Genoíno (PT-SP) analisando o anteprojeto de autoria do relator Bernardo Cabral e que foi entregue na última sexta-feira. Genoíno que viajou de São Paulo para participar da reunião da Comissão de Sistematização (que terminou não havendo pela ausência do relator) disse que o anteprojeto «se apresenta alguns avanços termina por apontar muitos retrocessos».